

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 07 dias do mês de fevereiro de 2022, às 18 horas e 18 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda, do Diretor Administrativo-Financeiro, Douglas Municelli e dos membros do Comitê de Investimentos, Adelson Chaves e Ronaldo Nakada, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<https://www.youtube.com/c/pauliprev/featured>) e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 24/01/2022;
- 2) Apresentação sobre o encerramento do exercício econômico de 2021, cenário atual, perspectivas sobre a rentabilidade de títulos públicos e informações sobre as aquisições já realizadas de títulos públicos, conforme deliberado e aprovado nas reuniões ordinárias ocorridas em 21/06, 08/09, 03/11/2021 e 24/01/2022;
- 3) Informações para ratificação sobre a celebração do contrato com a DATAPREV, para operacionalização do sistema de compensação previdenciária entre os regimes de previdência social – COMPREV, conforme documentos encaminhados previamente e nos termos da Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.188/2019, de acordo com a Portaria SEPRT/ME nº 18829/2020 e da Resolução CNRPPS/ME nº 02/2021;
- 4) Discussão, análise e deliberação sobre a proposta de venda apresentada pelo proprietário do imóvel sede do Pauliprev, devido a proposta recebida por terceiro interessado, nos termos do artigo 27, da Lei nº 8.245/1991 e em conformidade com os documentos encaminhados previamente;
- 5) Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes. Anunciou a pauta da reunião.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 24/01/2022 – Sandra diz que a ata foi enviada anteriormente para leitura prévia. Coloca em deliberação e conselheiros aprovam com unanimidade.

Item 02. Apresentação sobre o encerramento do exercício econômico de 2021, cenário atual, perspectivas sobre a rentabilidade de títulos públicos e informações sobre as aquisições já realizadas de títulos públicos, conforme deliberado e aprovado nas reuniões ordinárias ocorridas em 21/06, 08/09, 03/11/2021 e 24/01/2022 – Douglas inicia a apresentação com os cenários, a dívida pública volta para mais de R\$ 400 bi de gastos com os juros, com o aumento da taxa Selic. Nisso não constam as renovações de operações da dívida pública, é basicamente gasto em si com os juros. Houve o aumento salarial, na canetada, essa semana; há servidores do banco central, da polícia federal que estão entrando em greve, fazendo pressão. Ano eleitoral, ano da barganha. Diz que tudo isso vai apertando tanto a inflação, como tem muitos custos corrigido pela inflação, o principal deles é a previdência, tudo isso sufoca ainda mais o orçamento. Tensão Ucrânia x Rússia, estão prevendo o petróleo para USD 100,00 até final desse ano, já está variando de USD 85 a USD90 já esse início de ano. Provavelmente, teremos mais aumento no combustível e, conseqüentemente, produtos mais caros, transporte mais caro. Câmbio + fluxo estrangeiro + decisão do Fed, como o Fed, a partir de março, já mostrou sinalização que vai voltar a subir juros, é esperada uma saída de capital, dá para se ter uma ideia que, talvez, ou a taxa Selic chegou no nível que eles estão entendendo como razoável para poder voltar ao Brasil ou é mais um movimento oportunista, assim que o Fed aumentar os juros esse capital volta a sair e volta a estourar o nosso câmbio. Destaca que o maior produtor de petróleo em 2020, fonte oficial, os Estados Unidos e em terceiro lugar a Rússia. Já se pode ver até qual é o interesse comercial: você cria um estresse daquela região na Europa e corta a importação de gás, quem vai fornecer são os Estados Unidos. Diz que o jogo está mais para econômico do que para efeito histórico. Diz que tem bastante coisa em risco aí, cada dia mais a gente está vendo notícia e não tem nada vindo de bom. Apresenta o Boletim Focus de hoje, a Selic está encerrando 2022 a 11,75%, estável como estava prevendo. Redução do PIB, de 2022 manteve de acordo com a última pesquisa, mas 2023 e 2024 há a projeção de redução porque, dado que está sendo feita uma ferramenta de combate à inflação, subindo os juros e é uma inflação esporádica de oferta, acaba-se estrangulando uma demanda que já não está aquecida. Isso já acaba prejudicando ainda mais o crescimento. Sobre o IPCA, diz que acaba nem olhando muito o do Focus, lembra que a um ano atrás nunca iriam prever um IPCA de 10%, por isso acaba não comentando muito. A Bolsa fechou o ano passado com 12% de queda, o preço de hoje está em 112.000. A bolsa tem uma bela recuperada, vem em linha com o Fed dizendo que vai começar a aumentar os juros, mas não cravou uma data, então é aí que acham que pode ser um fogo de palha, dado que a economia está com o crescimento prejudicado. Diz ter metade de Ibovespa que opera em alta, a parte de minérios e de commodity e a outra metade setor bancário, que tende a ganhar com aumento dos juros, como sobe inflação prejudica o consumo. Bancos, em tese, deveriam estar valorizando e ainda não estão valorizando porque aumenta a taxa de juros, você espera maiores resultados, isso tudo na ótica do acionista, mas é até de surpreender como é que você tinha, de repente, até uma situação um pouco mais favorável ao final do ano, você não teve esse impacto e agora você tem, mas é um cenário bastante volátil, pode ser que amanhã aconteça, continue o mesmo parâmetro de condições, dizendo assim, e o resultado seja totalmente diferente. Mas só no início de ano a bolsa já recuperou, só considerando o Ibovespa, para fazer uma análise média, quase 8% de ganho em um mês. O câmbio, em julho do ano passado, chegou a valer R\$ 4,92 mais ou menos, virou o ano a R\$ 5,70; agora, já está em R\$ 5,30. É o que surpreende e impacta bastante porque tudo hoje a gente importa, se produz pouco,



somos um país básico, produzimos bastante agro. A gente depende muito desse dólar, isso encarece os produtos, encarece o transporte, encarece roupa... Com esse movimento do Fed, já há movimentos no final de novembro para dezembro equivalente a R\$ 5,30. Diz que isso é bom em termos de exportação pois barateia um pouco bastante coisa, mas lembra que o petróleo, por exemplo, está subindo mais do que esse ganho do câmbio e isso que pode impactar com certeza. Diz que a análise futura é que a posição nossa em bolsa está interessante, esperam uma recuperação, vai ter volatilidade, já começamos o ano com 8% positivo de rentabilidade considerando esse início de ano. Em torno de 30% da nossa carteira está em bolsa, manutenção para voltar aqueles ganhos que a gente teve na época de 2019, 35%, 40% no ano. Já se recuperou 8% só este ano. Vão manter a posição, a compra de títulos públicos e, eventualmente, outros produtos de renda fixa que a taxa de juros também está interessante. Eventual recuperação na bolsa, a gente volta a debater isso futuramente. Na carteira em si é mais fazer ajustes de produtos de renda fixa mesmo, trocar o fundo de renda fixa com títulos públicos ou até, algo que vai comentar mais para frente, uma novidade que a gente pode aplicar agora que é a letra financeira dos grandes bancos, apenas comentar, diz que não estudaram direito as cláusulas e condições ainda, é só uma possibilidade futura, mas a nossa carteira em tese está bem protegida. Sobre os títulos públicos, diz que houve a aprovação de compra de até R\$ 200 mi, NTN-B, taxa mínima de IPCA + 5,5%*, vencimento até 2030 com recursos oriundos do fundo do Gestão Estratégica e do BB Alocação Previdenciário, 50% de cada. Diz que conseguiram realizar 2 compras, uma no dia 27 de janeiro que teve abertura de curva, de R\$ 20 mi, 5 mil títulos. A outra compra foi no dia 31 de janeiro, totalizando R\$ 30 mi, 7.400 títulos. Apresenta as cotações das operações. Nos últimos 4 dias, desde o aumento da taxa Selic, diz que não estamos conseguindo fechar. Entendem que pode ser uma coisa temporária, quando o Fed voltar a subir juros vai ter uma disputa de juros, tende a abrir a curva, mas estão acompanhando e se precisar trocar o produto, voltam a trazer para o conselho. Eliete pergunta qual é a data dos títulos, Douglas diz que tudo é data máxima de 2030. Sandra diz que foram comprados R\$ 50 mi em títulos, então ainda possuem autorização de valores para continuarem comprando. Para ficar Claro. Diz que foi autorizado a 5,5%, o valor de R\$ 200 mi. Douglas confirma e diz que o vencimento é até 2030. Sandra pergunta se o comitê vai continuar acompanhando o mercado para o valor. Douglas confirma. Diz que essa semana deu uma reduzida boa na taxa de juros, às vezes, final da tarde e a curva abre, recebe ligação dos bancos com a taxa que conseguiram. Só que nessa hora, o comitê não consegue mais fazer o processo de concorrência, fica só para o dia seguinte. Diz que a cada 10, 20 minutos está alterando o preço, é bem dinâmico. Vêm acompanhando diariamente e não há nada de interessante com o mínimo de 5,5%, assim que tiver voltam a comprar. Diz que só para comentar, uma possibilidade que surgiu e estão estudando ainda, a nova resolução do Banco Central, que saiu no final do ano passado, autoriza a compra de letra financeira, que é título privado dos grandes bancos, por exemplo, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa, Santander, eles pagam a mais esse título. Diz que consultou alguns preços, alguns chegam IPCA + 6%, prazo de 3, 4, 5 anos. Vão estudar para ver se é garantido, se compensa ou não compensa. Com a nova resolução permite até 20% da carteira em aquisição desde que Instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central. Diz que o comitê vai a começar a estudar isso, mas por enquanto seguem acompanhando títulos públicos. A carteira está em R\$ 351 mi arredondando. Não estão através de fundos de vértice, não estamos pagando taxa de administração, é aquisição do Instituto. Estamos carregando em torno de R\$ 150 mi até 2030, tem uma boa parte vencendo em 2024 e tem alguns títulos antigos que vencem em agosto de 2022 e agosto de 2023. Diz que considerando que 2021 foi um ano de alta dos juros, essa alta arrebatou os fundos marcados de renda fixa, considerando que a bolsa fechou 2021 com uma queda de 11,93%, arredondado para 12%, e nosso desempenho foi positivo, mas não foi legal. Diz que tivemos

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Sandra', 'Douglas', and 'Eliete']

variação positiva na carteira, mas tivemos impacto. Destaca ações, 17%, começamos 2021 com uma posição de R\$ 322 mi, não alteramos nada. Toda a alteração de R\$ 55 mi foi de valorização e desvalorização do mercado que afetou a nossa carteira, um pouco mais de 12% de queda no Ibovespa. Na nossa carteira, devido às estratégias de cada fundo, afetou 17%. Lembra que são os mesmos fundos que em 2019 entregaram 35 a 40% de rentabilidade. Diz que em 2020 tivemos um impacto forte de PDD, de correção, troca de gestoras que corrigem os ativos, traz mais próximo a realidade, não foi o caso este ano. Tem a variação entre eles de R\$ 1 a 2 mi, mas isso não afeta a carteira e é algo que a gente não alterou nada ao longo do ano, são fundos ilíquidos, não foram aplicados crédito privado, nem multimercados, nem imobiliária. Títulos públicos é de 49%, apenas a compra de títulos públicos. Renda fixa rendeu negativo na carteira em 5,63%, então a gente tinha uma posição de R\$ 630 mi, caiu para R\$ 595 mi, ou seja, R\$ 35 mi a menos, só com alteração de marcação em todos os fundos de renda fixa. Diz que, a gente entrando em títulos públicos, tendo a rentabilidade de pelo menos a taxa atuarial, acredita que esse ano a gente terá bons frutos, a ponto de bater meta atuarial. A meta atuarial do ano passado era 5,43%, esse ano está 4,90%. Diz que fica até uma discussão, a gente tinha entrado em renda variável porque a taxa de juros já estava caindo; agora, a gente tem uma taxa de juros interessante, acima da meta atuarial; diz que a gente pode voltar a discutir se, de repente, até diminuir pela metade ou zerar a posição em renda variável, podem ver depois o quanto, assim que recuperar para não termos a realização de prejuízo, para transformarem essa renda variável em renda fixa para termos um pouco mais de calma. Douglas se coloca à disposição para dúvidas. Sandra resume o último gráfico dizendo que fecharam 2021 sem queda, considerando que em 2020 fecharam com um “tombo”. No cenário pandêmico, apesar do déficit, podem considerar como fechamento positivo em 2021. Douglas concorda, diz que a gente está longe da meta, mas foi positivo. Diz que o grande aspecto do ano passado foi IPCA, o quantum da meta dá 16,52%, sendo 10% “engolido” pelo IPCA basicamente. Diz que quando o IPCA sobe junto com o aumento de juros, junto com queda de bolsa, que a dificuldade esse ano passado não foi assim, subiu bolsa. “Olha a gente ganhou mais na bolsa e perdeu aqui na renda fixa”, não. A gente perdeu nos 2, não tem como se antevê isso, essa que é dificuldade. Diz que todos os fundos de renda fixa, os de zeragem e os que estão aplicando aporte, todos eles são obrigados a marcar a mercado. O que não quer dizer que houve prejuízo porque não será vendido, mas contabilmente, que é o que a gente faz o fechamento, a gente conseguiu fechar um pouco positivo, mas longe do ideal porque a gente tem as 2 pontas, renda fixa e renda variável, demonstraram decréscimo na marcação, a taxa de juros subiu só que o preço dele à vista diminuiu porque ele sempre é trazido para valor presente. Sandra diz que, também, comparando 2021 com 2020, nós tivemos, também, um belíssimo trabalho de recuperação. Em 2020 teve essa perda nos PDD's e em 2021 também teve bastante êxito nessas recuperações dos fundos ilíquidos. Douglas diz que foi algo em torno de R\$ 28 mi só em 2021. Juntando os anos de 2019, 2020 e 2021, cerca de R\$ 88 mi recuperados, recursos ditos como perdidos que conseguiram transformar em liquidez, já estão no caixa do Instituto, estão aplicados em títulos, em grandes bancos. A palavra é passada à Eliete, pede para o Douglas falar sobre estarmos longe da meta, o quanto isso está longe. Pergunta se a venda da fazenda e a recuperação da Conasa já estão aplicados nos títulos. Douglas diz que os R\$ 3,3 mi da recuperação da Conasa já entraram pro Instituto, no mês de dezembro, já foram aplicados no fundo Gestão Estratégica. Da venda da fazenda, diz que a última informação que tinham, no início deste ano, é que faltava só registrar a operação em cartório. Diz que estão com dificuldades com a empresa administradora que é alguém que já denunciaram à CVM junto ao Tribunal de Contas também. Diz que as informações são um pouco difícil, estão esperando essa denúncia para ver se surte efeito, cobrando para ver surte efeito. Diz que, por enquanto, esses recursos não entraram e até os cotistas queriam ver de colocarem um prazo. Diz que até onde têm

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Fato', 'PMS', 'John', and 'Cace'.]

informação, existe o recurso, era uma questão de cartório. Diz que volta a atualizar o conselho a que aspecto que está dessa fazenda também. Sobre o quanto que ficou longe, basicamente, 16% arredondando. Lembra ser contabilmente. Fábio fala da importância da diversificação da carteira e pergunta se o comitê viu algum Instituto que aplica na LIG – Letra Imobiliária Garantida. Douglas diz que não. Lembra a queda do mercado no ano passado e diz que esse ano está “com a mão amarrada”, o mercado cai, o título público fica negativo... Precisa garantir que pelo menos estão em produtos sólidos, é um vendaval, mas, assim, contabilmente. Vão carregar o título já com R\$ 350 mi em carteira garantindo meta atuarial, arredondando é quase 35% da carteira, esperam chegar a 50%. Os outros 30% estão em bolsa que já recuperou, nesse mês de janeiro, em torno de 8%, a referência é do Ibovespa. Diz que terão o fechamento, essa semana, dos fundos, como é que desempenharam no começo desse ano. Dos títulos atrelados ao imobiliário, diz que não viu. Começaram a dar uma olhada, começaram a analisar a possibilidade, para conhecer o produto. Diz terem aparecido papéis interessantes com vencimento curto, mas não deixam de ser uma boa medida, não conforme a dificuldade ou não, até mesmo recursos que estão em fundo de zeragem, IPCA + 6,85%, do Banco Itaú. Diz que são quantidade menores, R\$ 5 mi, R\$ 10 mi, teria que ser feita uma cesta. Pensa que não sendo um capital muito grande, não há necessidade de entrar em ativos com lastro imobiliário porque, daí, na hora que você precisa de liquidez, o “bicho pega” se der problema, devido à dificuldade em executar a garantia. Diz que, então, às vezes, é melhor você ganhar um pouquinho menos, mas acima da sua meta com uma boa Instituição, com uma boa liquidez do que se riscar. Diz que trarão ao conselho caso vejam algo interessante, mas possuem a preferência de visar liquidez também, acha que conseguem, sem precisar eventualmente cair nesses riscos, ter boa liquidez com bons produtos. A palavra é passada ao Edson, diz que é muito interessante e muito bem lembrado sobre a recuperação dos fundos. A palavra é passada à Nara, diz que o Douglas comentou sobre a probabilidade do aumento de juros, mas ao mesmo tempo quando Douglas trouxe a questão da possibilidade de comprar letras, ela ficou com a sensação que o Douglas não acredita que, talvez, a taxa de juros dos títulos públicos vai se manter dessa maneira. Pergunta o que, de fato, o Douglas está visando, percebendo com essas movimentações da bolsa, de tudo, da questão econômica. Pergunta das letras agronômicas, se isso também não poderia ser um caminho, se é mais complicado ainda ou se não existe essa possibilidade. Douglas diz que, de mercado, é difícil prever. O que esperam é, basicamente, uma concorrência entre os juros interno e juros exterior. O Fed subindo os juros, tende a ter uma saída de dólares no Brasil; saiu dólares no Brasil volta a história do câmbio; o câmbio afeta a inflação... Diz que tivemos alívio temporário, tanto é que hoje as taxas estavam fechando, para 2030, em 5,34%. Tem a possibilidade se for interessante. Com relação a Agro, diz não saber se o Instituto pode aplicar, sabe que foram autorizadas letras financeiras, teria que estudar isso, até para conhecer quais as garantias e formas de rentabilidade. A palavra é passada ao André, pontua que terão eleições no Pauliprev e, eles que estão na lida do dia a dia, essas informações acabam ficando corriqueiras, então a menção sobre algo que foi aprovado, esse posicionamento de cenário econômico acaba ficando mais fácil. Pro leigo, parece “poxa vida, ficou positivo, mas muito longe da meta atuarial”. Lembra que em 2019 bateram a meta atuarial. Em 2020 e 2021 foram anos de pandemia, os mercados mundiais ficaram loucos e, aliados a isso, tiveram a reprecificações dos títulos ilíquidos. Ou seja, investimentos realizados no passado, investigados pelos órgãos de fiscalização que puxaram a rentabilidade do Instituto para baixo. Diz que o relevante nesse aspecto é que estamos estudando, também, qual foi o resultado de outros RPPS’s, em especial no estado de SP. Foram encontrados 8 que conseguiram bater a meta atuarial no último ano com valores muito pequenos. Diz que, inclusive, isso é motivo de discussão porque todos os RPPS’s estão conversando que já preveem que vai ter o questionamento por conta do Tribunal de Contas que vai fazer apontamento, mas o próprio

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including 'Fáb', 'Eds', 'Nara', and 'André']

Tribunal de Contas, acha, que vai interpretar essa questão do mercado financeiro que, além de puxar a rentabilidade para baixo, para um número muito baixo em relação à meta auferida, também pelo aumento de IPCA, que não era nem previsto pelos economistas. Diz que além desses questionamentos todos, nós precisamos sempre lembrar dos investimentos ilíquidos que por mais que a gente tenha um resultado positivo de R\$ 88 mi recuperados de dinheiro que foi dado como perdido até investigações da Câmara e do Ministério Público, gostaria de lembrar que nós estamos reconstruindo uma política de investimentos do Pauliprev, que se não é buscando rentabilidade de 500% no mercado porque qualquer investimento que lhe prometa 500% rentabilidade, como por exemplo os bitcoins, ele sugeriria que nenhum RPPS aplicasse, a gente está construindo uma política de investimentos conservadora que tenha liquidez e que cuja rentabilidade seja sempre maior que a nossa meta atuarial. Diz que, então, conforme forem distinguindo da nossa carteira essa “banda podre” que nós herdamos e construindo, por exemplo, esses títulos públicos precificados da forma como nós já compramos cerca de R\$ 250 mi, os exercícios futuros nos garantirão a meta atuarial com tranquilidade. Diz ser uma construção que ainda demorará mais algum tempo por conta da nossa carteira, mas que o objetivo é deixar recursos suficientes com rentabilidade para bater a meta atuarial nos livrando da “banda podre” e garantindo essa perpetuação da meta atuarial a ser superada. Acha que isso é o que precisam deixar de herança no Pauliprev, é essa a política responsável, coerente, conservadora e sempre com menor risco possível, se não for zero que seja muito próximo de zero e que mesmo que não prometa a rentabilidade monstruosa, que nos traga rentabilidade sempre pautada acima da meta atuarial e lastreada nos grandes bancos, de preferência por títulos públicos. Acha que no futuro, depois que garantirmos essa tranquilidade com os recursos da Autarquia, aí, sim, podem pensar numa diversificação maior, embora estejam diversificando a carteira como o Fábio mencionou, é uma diversificação responsável e coerente de acordo com a nossa vida pregressa. Diz que continuam estudando situações que tragam confiabilidade para o Pauliprev, por exemplo, o foco é título público hoje porque é uma rentabilidade atrativa e acima da meta. As letras financeiras que o Douglas citou são letras financeiras para os grandes bancos, é crédito privado, não é crédito público e, aí, a gente não pode se arriscar, por exemplo, a fazer uma análise superficial e comprar de qualquer um. O risco é de uma instituição financeira quebrar, e, aí, você não vai investir em uma instituição financeira que não tenha lastro, por isso estão sempre focando a política de investimentos nas grandes instituições. Diz sempre ter tido a preocupação de falar sobre isso nas reuniões porque algumas pessoas perguntam o que é que o Comitê faz, o que é que a diretoria faz, o que é que os conselhos fazem e uma das principais responsabilidades é serem responsáveis com a gestão. Diz que, na sua opinião, tiveram um resultado muito significativo pensando na pandemia e em tudo que receberam. Sandra agradece a apresentação do Douglas e a presença do Ronaldo e do Adelson.

Item 03. Informações para ratificação sobre a celebração do contrato com a DATAPREV, para operacionalização do sistema de compensação previdenciária entre os regimes de previdência social – COMPREV, conforme documentos encaminhados previamente e nos termos da Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.188/2019, de acordo com a Portaria SEPRT/ME nº 18829/2020 e da Resolução CNRPPS/ME nº 02/2021 – Sandra diz que o André já mencionou em várias outras reuniões, em vários outros momentos sobre essa determinação, sobre a regulamentação e isso vem sendo apresentado e uma hora ia se concretizar. Passa a palavra ao André para as considerações. André diz que encaminhei os documentos previamente para todo mundo e, como a Sandra disse, já vêm conversando sobre isso já algum tempo. se vocês lembrarem o abordei esse tema lá atrás uma apresentação sobre com prévia junto

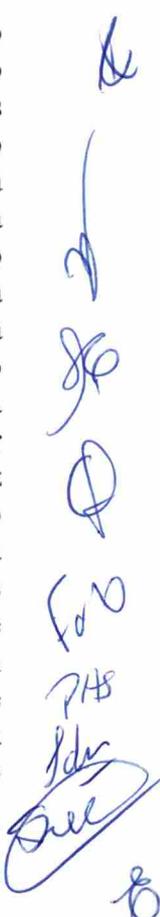
[Handwritten signatures and initials on the right margin]

com outras informações de junho porque como a Sandra disse é portaria decreto resolução aí você tem Secretaria de previdência e trabalho que agora é Ministério de de previdência e trabalho que antes era vinculada ao Ministério da economia faz algumas coisas e MPT após outras é você tem OCN rps que conselho é nacional de regimes próprios de previdência social então tudo isso se estuda Diz que, lá atrás, a legislação determinou que precisariam criar um novo sistema de compensação previdenciária, que era um novo COMPREV, o sistema antigo seria extinto e um novo entraria em curso administrado pelo INSS, que é quem faz o sistema de compensação previdenciária. Diz que estamos agora em 2022 também começando com a regulamentação; iniciariamos, possivelmente, ainda agora nesses primeiros meses, a compensação inter regimes próprios. Não sabem propriamente como o INSS fará essa gestão, mas já estão trabalhando nisso também. Lembrando que até o ano passado só era possível compensação entre Regime Geral e o Regime Próprio – Pauliprev. Agora, teremos Pauliprev cobrando outros regimes de previdência e cobrando o INSS e o inverso também será verdadeiro. Tudo isso precisava de uma plataforma, então foi regulamentada essa plataforma através do Governo Federal, Ministério da Economia junto com o Ministério da Previdência agora e foi criado um sistema de compensação previdenciária cujo o software foi desenvolvido pelo Dataprev, que é a uma empresa, uma autarquia do governo federal que trabalha com tecnologia da informação principalmente em relação ao INSS. Era para ter começado em 2021, postergaram o prazo para que começasse no início de 2022 todo mundo estivesse com os termos de adesão preenchidos, regulamentados. Lembra que o próprio Conselho Nacional de Regimes Próprios de Previdência Social soltou comunicados que vieram ao longo dos anos passados, esse citado inclusive na pauta, sugere que os RPPS's não mais contratem empresas, não mais terceirizem empresas para fazer esse trabalho que deveria ser feito pelos próprios agentes ou pelos próprios colaboradores dos RPPS's pelo país afora. Diz que não sabem como isso está funcionando, mas a informação que possuem é que vários RPPS's menores não vão ter condições de fazer isso. Diz que só existe o DATAPREV habilitado, inclusive, existe um termo de inexigibilidade de licitação, não é nem dispensa, para que ele seja contratado. Ou seja, quer ter compensação previdenciária precisa fechar o contrato com o Dataprev preenchendo o termo de adesão com o INSS. Diz que recebeu o termo final e encaminhou aos conselheiros para que tomassem ciência porque, na verdade, não é algo que demande deliberação, por isso que tratam como ratificação. No ano passado, diz que o Ronaldo e o Adelson foram encaminhados para fazer um curso em parceria com a Secretaria de Previdência, o Dataprev, o INSS e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, inclusive houve uma fala que eles voltaram bem preocupados de lá que se nós não operacionalizássemos todo esse processo de contratação e tivéssemos êxito, o Tribunal de Contas avaliaria a partir de 2022 a falta do encaminhamento de processos de compensação no novo COMPREV como renúncia de receita e responsabilizaria os gestores das autarquias por conta disso. Então, diz que encaminhou as informações e a cópia do contrato para os conselheiros terem ciência que essa gestão, que é a gestão que os conselheiros também respondem, cumpriu com todas as demandas de todas essas legislações, resoluções e portarias que estão definidas. Diz que já encaminharam o termo da decisão que foi aprovado. Posteriormente, encaminharam o contrato por 4 vezes, a cada vez eles retornaram com uma necessidade de alteração, tudo isso foi cumprido. Diz que todo o processo foi analisado pela nossa procuradoria jurídica que deu parecer também pela inexigibilidade. Hoje o Pauliprev está devidamente habilitado para continuar fazendo essa compensação previdenciária. Diz que esperam que os prazos que eles definiram sejam cumpridos e que em breve nós tenhamos êxito em aumentar as nossas parcelas de compensação. Lembra que a partir de janeiro, ainda não recebemos. A primeira fatura deve ser recebida em fevereiro e mensalmente o Pauliprev pagará uma taxa de R\$ 1.200,00 poder utilizar esse outro sistema, algo também já conversado no passado, isso dá em

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

torno de R\$ 14.000,00 anuais e R\$ 72.000,00 previstos para um contrato de 60 meses, também padrão Brasília. Diz que quem vai fazer a gestão desse contrato, o gestor, vai ser o Ronaldinho que já é um dos nossos agentes de compensação instituído e habilitado junto ao INSS. Coloca-se à disposição para dúvidas. Sandra lembra que os valores mensais variam de RPPS para RPPS de acordo com os grupos. Estamos no grupo de até 6.000 segurados e é essa taxa. Há taxas menores, mas para RPPS's com menos segurados. Diz que esse valor pode sofrer alteração sem prévio aviso se passarmos de 6.000 segurados, é automática a cobrança e isso está previsto também no contrato. A palavra é passada à Eliete, pergunta ao André como é o aumento do valor, se é anual. Sandra diz que o contrato tem correção anual. Mas se o Instituto aumentar a quantidade de segurados o valor da taxa muda. André diz que fizeram alguns questionamentos a esse respeito porque o contrato traz cláusulas que não são muito claras. O contrato é padrão. Diz que as informações que possuem é que esse contrato ainda será aprimorado e esses índices de ajuste deverão ser informados previamente. Ainda não haviam sido definidos como que seria administrado essa questão junto ao INSS, Dataprev e RPPS, mas as portarias já traziam a exigência da vigência. Para cumprir os todos os protocolos de todos os prazos precisou ser feito dessa forma. Diz que acreditam que haverá mudança de nível, de grupo de acordo com a evolução do RPPS, isso é pra Paulínia e para qualquer um porque é uma evolução natural, a não ser que o RPPS esteja em extinção e não entre mais ninguém, mas naturalmente vai aumentando o número de segurados porque os novos segurados, mesmo que abrangidos pelo regime de previdência complementar ou qualquer outra coisa, eles se tornaram inativos. Essa mudança de nível não é rápida, mas ela ocorre reajuste anual se houver a pactuação conforme o contrato e ela pode por reequilíbrio. Acredita que haverá regulamentação a partir disso porque temos órgãos reguladores que estão trabalhando sobre isso. Diz que, segundo a Secretaria de Previdência, é a falta da formalização contratual com o Dataprev para o novo COMPREV é motivo de perda do CRP. Sandra diz que como o item diz tratar de ratificação, não haverá deliberação pelo conselho.

Item 04. Discussão, análise e deliberação sobre a proposta de venda apresentada pelo proprietário do imóvel sede do Pauliprev, devido a proposta recebida por terceiro interessado, nos termos do artigo 27, da Lei nº 8.245/1991 e em conformidade com os documentos encaminhados previamente – Sandra diz que discorda, não da análise financeira que foi enviada, mas eu discordo da forma. Diz que sempre vai ter a ideia de que pagar aluguel é um dinheiro que você põe pela janela. Diz que a sua opinião é a mesma desde 5 anos atrás, acha que o Pauliprev passou da hora de ter uma sede própria, passou da hora de não pagar mais aluguel tão abusivo. Passa a palavra ao André que diz que encaminhou a proposta aos conselheiros. Diz que o proprietário ele não tinha intenção de vender, mas ele tem outros empreendimentos em família, eles têm planos para a área de saúde do município e ele recebeu uma proposta com uma triangulação de negócios em que o valor do prédio sai pelo valor R\$ 2,5 mi. Diz que nos termos da legislação mencionada na própria pauta, quando há uma proposta de venda do imóvel, o inquilino tem a possibilidade de comprar pelo mesmo valor, fazendo uma proposta adequada. Diz que a lei complementar 18 ela traz algumas das poucas responsabilidades que são privativas do conselho e é esse tipo de discussão junto à diretoria que é de discutir sobre a parte dos imóveis. Foi feito o raciocínio financeiro para saber se vale a pena ou não tendo em vista que para que nós tenhamos a sede própria nós temos algumas alternativas. André diz que concorda com a Sandra, o Pauliprev já teria que ter a sede própria, mas ele não tem. Esse prédio foi alugado em 2017 e foi feito um investimento para ele em relação ao custo-benefício e André entende a colocação da Sandra, embora tenha um pouco de divergência nesse aspecto, acha que precisam pensar mais na parte financeira mesmo da rentabilidade. Lembra que a verdade hoje pode não ser a verdade de amanhã porque o raciocínio

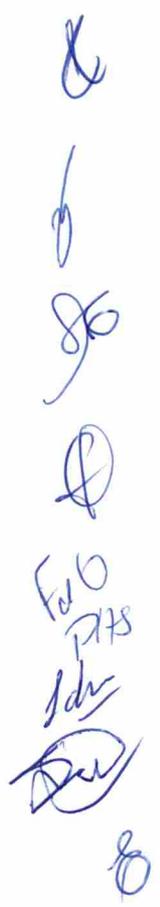


financeiro que fazem é baseado nas informações de hoje, no quanto o dinheiro do Instituto está rendendo hoje e o quanto é pago de aluguel hoje. Diz que pode ser que daqui 6 meses, 1 ano essa realidade muda. Lembra, também, que receberam

grandes incêndios para serem apagados, inclusive uma pandemia que complicou qualquer gestão para a construção de um imóvel. Lembra que o Instituto possui um terreno para isso e, na sua opinião, ainda não vale a pena dispendermos esse valor de R\$ 2,5 mi para adquirir esse prédio. Poderiam fazer de uma outra forma, uma outra construção de valores que já discutiram recentemente. Estima-se, baseado em outros RPPS's, algo em torno de R\$ 5 a R\$ 6 mi. Acha que isso é o futuro do Pauliprev, mas possuem outras alternativas que precisam ser pensadas também. Diz que a partir do momento que recebemos essa proposta da imobiliária e do proprietário, temos 30 dias para nos manifestar. Acha que é importante discutirem. Diz que o valor é um valor de mercado e, como o proprietário já tem uma proposta em mãos desse valor, nós precisamos igualar, o que acha ser inviável nesse montante. Diz que ao lado do Pauliprev há uma área sendo vendida, é só uma área residencial com cerca de 4000 m, estão pedindo R\$ 3,6 mi. Fazendo uma correlação, são imóveis parecidos nessa região central da cidade, Santa Terezinha e Morumbi, os valores estão variando do metro quadrado construído entre R\$ 5.000 e R\$ 6.000 a depender do tipo de construção. Diz que precisam resolver se vão cobrir essa proposta ou se vão buscar outras alternativas. Diz achar que se for para pegarem um prédio que não seja algo que nós vamos empreender na construção, acha que precisam continuar, como tem tentado, negociar com a prefeitura para receber em dação de pagamento ou de abatimento déficit técnico atuarial. Acha que possuem alternativas para isso, mas precisam encontrar a forma de se fazer. Diz que esses 2 anos foram complicados para levarem a cabo esse tipo de intenção. Diz que, então, receber esse imóvel para abatimento do déficit técnico atuarial, na sua opinião, é um excelente negócio para o Pauliprev, pagar para ter esse imóvel, tendo o raciocínio financeiro que têm hoje, acha que não vale a pena principalmente em não terem poder de negociação. Diz que uma informação que é relevante é que pediu à imobiliária para dar os encaminhamentos ao Instituto porque precisavam entender se o interessado na aquisição, em caso de declinarmos ou de cobrimos a proposta, qual seria a intenção dele para com o prédio. A intenção dele é viabilizar um outro negócio que ele está fazendo e manter esse imóvel para locação, inclusive, nos propondo a manutenção. Diz aos conselheiros que o Pauliprev estar nesse negócio, estar é fazendo parte com o inquilino nesse negócio valoriza o imóvel para quem está vendendo. Diz que caso o Pauliprev decline, segundo informações informais da imobiliária, o Pauliprev deve receber um comunicado do proprietário propondo a manutenção do contrato de locação, com uma proposta de, no mínimo, mais 5 anos. Acha que da forma como o negócio se apresentou, não vê viabilidade financeira ao Pauliprev neste momento, o que não pode dizer que num futuro isso não ocorra. Coloca-se à disposição para dúvidas. Sandra diz concordar com André que nos moldes que essa proposta está chegando não deixa margem de negociação. Pesquisou alguns imóveis na região central, realmente o preço que está sendo ofertado é o preço de mercado. Diz que quando a gente aluga um imóvel, a gente faz um investimento gigantesco num imóvel que não é nosso e que se gasta valores altíssimos para adequação de um imóvel que não era adequado, está sujeito a isso. Um dia o proprietário vai dizer "olha quero o imóvel" o seu investimento na adequação vai por água a baixo. Ainda há o custo de reforma para a entrega do imóvel. O que endossa mais ainda sua contrariedade em não termos ainda uma sede própria. Diz achar que o raciocínio lógico financeiro, como o André bem disse, é de agora, mas quando pensa a longo prazo, muda um pouco o cenário, mas também entende que neste momento essa não é a opção aceitar a proposta do proprietário de compra. Diz não votar, mas já deixa a opinião registrada que não concorda, ainda que o Instituto continue a pagar aluguel. A palavra é passada ao Idu, diz achar que a oferta ele veio porque a Pauliprev está instalada no prédio

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

e é preciso que essa oferta seja dada ao inquilino. Diz que sempre foi favorável para a construção da sede e por ele já estaria construído. Houve um gasto na reforma do prédio, não sabe como ficará isso. Diz que tem a questão da lei, pergunta ao André como já possuem um terreno, como vão comprar um imóvel direto se só podem comprar através de fundo. Adianta o voto, diz ser contrário a compra do prédio até mesmo porque não o considera adequado à Previdência. É favorável a o mais rápido possível discutirem a construção da sede. Eliete diz que também fez um levantamento, mas na região em que o prédio está. Acha que o valor é alto; achou galpões com 5000 m, galpões com 4000 m por R\$ 4,7 mi. Diz que se considerarem que a área tem pouco mais de 700m de área construída, não vale. Acha não ser um prédio funcional, a sala de reunião é péssima, não tem privacidade. O prédio não comporta uma acomodação adequada já pensando no crescimento do Instituto a nível de número de aposentados e pensionistas. É contra a compra e pergunta o valor que vai o aluguel, porque estava olhando os valores de aluguel da região ou outras num tamanho proporcional ao prédio, só para ter uma ideia mais ou menos de quanto vai passar a ser esse aluguel para terem uma ideia. Sandra diz concordar com Eliete quanto da não adequação do prédio. Considera os gastos para a adequação e se o novo proprietário tem a intenção de manter o prédio alugado, acha que também não é hora de querer adequar um novo local para uma nova locação. A palavra é passada ao André, diz concordar com quase tudo o que todos falaram, com exceção à fala do Idu sobre que já deveriam ter construído, acha que poderiam ter começado a construção há 2 anos. Pergunta ao Idu qual Pauliprev que receberam. Diz que tinha que mexer com fundos ilíquidos, tem balanços desde 2013 julgados irregulares pelo Tribunal de Contas. Possuem os problemas de todas as aposentadorias com glosas. Diz que o presente que teve de entrada no Pauliprev foi a anulação da aposentadoria dos guardas. No seu segundo ano no Pauliprev, o presente chegou com o nome de COVID-19. Diz concordar que poderiam, mas não teve perna. Se foi uma falha, pede desculpa, mas diz que não teve pernas para fazer além do que está fazendo. Em relação ao que a Sandra falou, acha importante falar porque estão às vésperas de eleições e, aí, alguém vem prometendo mundos e fundos, preciso deixar claro a sua posição. Concorda que passaram da hora de ter um imóvel. Sua avaliação é de que os valores estão dentro dos parâmetros do mercado. Viu a cotação que Eliete falou, fez diversas outras também de outros lugares e há muita diferença. Mas não deixa de ser interessante se a fossem partir para a compra, o que ele acha que não devem. Diz que é diferente se receberem algo, como ele disse, em pagamento do déficit atuarial, receber um imóvel para aumentar o patrimônio em abatimento de algo só receberíamos daqui a 75 anos, do que tirar dinheiro hoje em caixa para comprar. Diz ao Idu não haver vedação em comprar para a sede, existe a vedação de comprar para explorar, a exemplo, não pode comprar um imóvel para alugar. Em relação ao aluguel mencionado pela Eliete, diz que precisam primeiro declinar da proposta para que ele possa tratarr dessa questão, mas já está pensando em ambas as perspectivas. Diz que todo o valor investido na adequação do prédio vai na valorização de imóvel na proposta de venda, diz que incorporamos patrimônio a esse imóvel e vai ficar com o proprietário. Eliete pergunta se não teriam que devolver o imóvel sem as divisórias. André diz que só se o proprietário pedir para que o imóvel seja devolvido na forma inicial. Diz que hoje, a perspectiva é: “declinamos, precisamos negociar”. Diz que já informou a imobiliária que possuem não só o interesse como a necessidade de se manterem no prédio. A renegociação é que o imóvel seja aceito pelo proprietário do jeito que ele está hoje, não na planta anterior; a troca do índice de reajuste do contrato, IPCA em vez de IGPM. Eliete pergunta, considerando um novo contrato, um novo proprietário, se ele pode partir de um valor diferente do que queríamos pagar ao anterior. André diz que poder ele pode, mas é questão de negociação. Diz que precisam primeiro discutir a questão da compra, a informação da nova locação trará na sequência. Eliete diz que como é vantagem manter o Instituto no prédio, eles sabem que precisamos do espaço, até pela estrutura



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top, several smaller initials, and a signature at the bottom that appears to be 'Fulv'.

que foi montada, possui o receio de um valor fora do comum. Diz que há termos contratuais a serem seguidos e conselheiros podem ficar tranquilos que enquanto ele estiver no Instituto nada do que ocorreu no passado ocorrerá mais. Sandra diz que em relação a devolução do imóvel, ainda que tenha sido feito tudo em drywall, a hora que tirar, o proprietário pode pedir para que o piso seja todo trocado por ter sido furado. Acha que precisam mesmo ter muita cautela e levar tudo em consideração. A palavra é passada ao Idu, diz que o André tem razão quando disse que não teve perna. Concorde plenamente, o André fez milagre no Pauliprev em problemas anteriores. Diz que sua fala foi considerando como se tudo estivesse normal, já teriam a sede pronta. Diz não saber como o MP ou o TCE vai receber uma denúncia de um Instituto que não pode comprar imóvel para usufruir de outras coisas, mas pode comprar pra sua sede. Mas quando ele tem um terreno que é para a construção da sede e compra outro imóvel. Diz que entende que isso traria problemas para a Pauliprev. Acha que o importante é se vão querer comprar ou não. Nara diz que a sua preocupação é a que foi colocada pelo Idu, a questão do Instituto já ter um terreno e algo ser comprado para ser a sede. Não sabe se existe quando foi feito o Pauliprev, para a construção da sede, se havia um prazo. Se podem ficar com esse terreno sem construir. Nara é contra a compra do imóvel. André diz que, na sua opinião, se partissem para qualquer possibilidade de aquisição, não existe impedimento legal. Lembra que o MP tem informações sobre o prédio e sobre o raciocínio financeiro para uma hipotética construção de imóvel. Mas a compra é algo que nunca passou pela sua cabeça nem na dos conselheiros. Pensando na construção do imóvel no terreno doado pela Prefeitura, não existe prescrição dessa doação, não existe obrigação de prazo para construção. Lembra que em 2019 descobriram que esse imóvel nunca foi contabilizado como patrimônio do Pauliprev e em 2020 recebeu um apontamento porque o Pauliprev contabilizou só em 2019 e comenta das taxas cartoriais pagas em 2015 que o Pauliprev receberá. Em relação a valores abusivos de aluguel, diz que os conselheiros podem ficar tranquilos que isso não ocorrerá. Sandra pergunta aos conselheiros se aprovam a compra, por unanimidade conselheiros desaprovam a compra do prédio.

Item 05. Assuntos diversos – fica para a próxima reunião.

A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

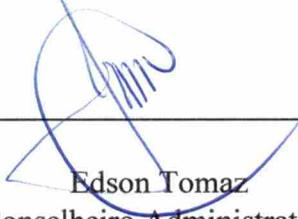
Término às 20:22h.

Paulínia, 07 de fevereiro de 2022.





Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



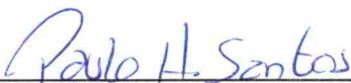
Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



Eliete Maria da Silva
Conselheira Administrativa

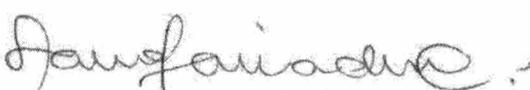
PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 07/02/2022 às 18:00h

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 24/01/2022;
- 2) Apresentação sobre o encerramento do exercício econômico de 2021, cenário atual, perspectivas sobre a rentabilidade de títulos públicos e informações sobre as aquisições já realizadas de títulos públicos, conforme deliberado e aprovado nas reuniões ordinárias ocorridas em 21/06, 08/09, 03/11/2021 e 24/01/2022;
- 3) Informações para ratificação sobre a celebração do contrato com a DATAPREV, para operacionalização do sistema de compensação previdenciária entre os regimes de previdência social – COMPREV, conforme documentos encaminhados previamente e nos termos da Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.188/2019, de acordo com a Portaria SEPRT/ME nº 18829/2020 e da Resolução CNRPPS/ME nº 02/2021;
- 4) Discussão, análise e deliberação sobre a proposta de venda apresentada pelo proprietário do imóvel sede do Pauliprev, devido a proposta recebida por terceiro interessado, nos termos do artigo 27, da Lei nº 8.245/1991 e em conformidade com os documentos encaminhados previamente;
- 5) Assuntos diversos

Paulínia, 03 de fevereiro de 2022.



SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo